

Transição socioecológica e direito à cidade: uma análise do Projeto Moradias como resposta integrada à crise climática

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.17408959>

Milena Belançon¹

Universidade Estadual de Maringá (UEM), Itaipu Parquetec

ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1304-9351>

E-mail: milenabelancon@gmail.com

Ramon Vinícius Ferreira Ramos²

Itaipu Parquetec

ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9265-0187>

E-mail: ramon.vinicius@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho analisa o Projeto Moradias, em Foz do Iguaçu, no Paraná (PR), como um exemplo de política pública inovadora que articula moradia digna e transição socioecológica. Em face da crise habitacional e da vulnerabilidade social e ambiental, o estudo visa analisar a intersecção entre a transição socioecológica e o direito à cidade em políticas de reassentamento, com foco em evidenciar o Trabalho Técnico Social (TTS) como vetor de experimentação democrática na mitigação de tais vulnerabilidades. A metodologia consistiu em um estudo de caso descritivo com base em análise documental e no acompanhamento do TTS, com o objetivo de demonstrar como essa ferramenta é essencial para a efetivação do direito à cidade sob a perspectiva da justiça socioambiental. O TTS, ao promover a participação democrática e a educação das comunidades, vai além da simples construção de habitações. As principais conclusões apontam que o Projeto Moradias, por meio da sua abordagem multissetorial, do uso da tecnologia construtiva em *woodframe* industrializado e, principalmente, da atuação estratégica do TTS, representa um avanço na concepção de políticas públicas de reassentamento, promovendo não apenas um teto, mas um ambiente urbano mais justo e inclusivo.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá, Mestra (2020), Licenciada (2016) e Bacharela (2017) pela mesma universidade. Atualmente é Bolsista de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (DTI II) do Parque Tecnológico de Itaipu CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6653565063142893>.

² Mestre em Gestão Urbana pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PCPR)PR (2020) Especialista em Planejamento e Desenhos de Cidades (2018) e Graduado em Arquitetura e Urbanismo (2013-2017) pela mesma instituição. Atualmente é arquiteto do Itaipu Parquetec e Professor titular de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Descomplica Uniamérica. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3137664920675966>.

Palavras-chave: Direito à cidade. Transição socioecológica. Trabalho técnico social. Inovação social. Habitação de interesse social.

Socio-ecological transition and the right to the city: analysis of the Projeto Moradias as an integrated response to the climate crisis

Abstract

This paper analyzes the “Projeto Moradias”, developed in Foz do Iguaçu (PR), as an example of an innovative public policy that articulates decent housing and socio-ecological transition. In the face of the housing crisis and social and environmental vulnerability, the study aims to analyze the intersection between socio-ecological transition and the right to the city in resettlement policies, focusing on highlighting the Social Work (SW) as a vector for democratic experimentation in mitigating such vulnerabilities. The methodology consists of a descriptive case study based on documental analysis and participant observation of the SW, with the objective of demonstrating how this tool is essential for the realization of the right to the city from the perspective of socio-environmental justice. The STW, by promoting democratic participation and community education, goes beyond the mere construction of housing. The main conclusions indicate that the Moradias Project, through its multisectoral approach, the use of industrial wood-frame construction technology, and, primarily, the strategic action of the SW, represents an advance in the conception of public resettlement policies, promoting not just a roof, but a fairer and more inclusive urban environment.

Keywords: Right to the city. Socio-ecological transition. Social work. Resettlement. Social housing.

1 Introdução

Estudar e produzir sobre políticas públicas é fundamental para entendermos o funcionamento do Estado e da sociedade, ultrapassando uma análise superficial das decisões governamentais. Nesse sentido, a produção teórica a respeito desse tema lida com a natureza cada vez mais complexa dos problemas sociais e, como aponta Souza (2006, p. 22), traz a ideia radical de que “em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes”. Desse modo, reconhecemos, assim como o referido autor, que o estudo de políticas públicas tem uma dupla função: produzir conhecimento sobre o processo de políticas e aplicar esse conhecimento no próprio processo, permitindo uma análise do curso das ações, a proposição de mudanças e de testes empíricos das teorias. O campo de políticas públicas também é vital para compreendermos como mudanças no contexto global e político afetam as democracias nacionais e a capacidade dos governos de intervir na sociedade. Portanto, o campo corresponde a uma área bastante próxima ao fazer empírico, que precisa acompanhar a evolução e a inovação da vivência política por meio das ações de governos. Assim como tantas teorias, dentro do campo de políticas públicas existem divergências e, dado isso, os conceitos são desenvolvidos de forma a buscar meios de aprimorar suas consequências práticas, ou seja, a vida do cidadão. Naturalmente, o campo se especializou para acompanhar o desenvolvimento da sociedade, mudando seu *locus* de observação e incrementando suas ferramentas ao longo do tempo.

Uma realidade latente diz respeito à crise crônica que afeta a habitação, o meio ambiente e a vida social como um todo, disparada pela forma de produção do espaço urbano sob a lógica capitalista (Sposito, 1988; Pereira, 2020). Diante desse cenário, o direito à cidade (Lefebvre, 2001) se apresenta como um eixo fundamental para se pensar políticas públicas, já que o conceito postula que todos têm o direito igualitário de usufruir do ambiente urbano para além da moradia, incluindo elementos essenciais como transporte público eficiente, espaços públicos inclusivos e acesso a serviços de educação e saúde de qualidade. Dessa forma, a essência do conceito não reside na sua natureza jurídica, mas sim em uma demanda moral fundamentada em princípios de justiça.

Nesse sentido, o direito à cidade está ligado diretamente às discussões sobre produção do espaço urbano, e ao quanto essas desigualdades se acumulam e interseccionam, levando ao entendimento de cidade como mero espaço produtivo, ou seja, produto da lógica da

mercadoria (Pereira, 2020). Para este trabalho, uma dessas intersecções ganha maior destaque, sendo a que leva em conta o quanto a desigualdade social define o grau de exposição de grupos sociais aos riscos ambientais e mudanças climáticas, no âmbito das discussões de justiça socioambiental e climática e da transição socioecológica. Assim, este texto se propõe a analisar a relação entre a transição socioecológica e o direito à cidade no Projeto Moradias, evidenciando o papel estratégico do Trabalho Técnico Social (TTS) como vetor de experimentação democrática e articulação na mitigação das vulnerabilidades climáticas e urbanas. Para tanto, a análise foi construída com base em um estudo de caso do Projeto Moradias a partir dos documentos que regem o convênio do projeto de acompanhamento do desenvolvimento do TTS, bem como no diálogo com bibliografias sobre temas relevantes ao caso. Buscou-se ainda realizar uma análise interpretativa das ações de reassentamento à luz da literatura sobre justiça climática, direito à cidade e transição ecológica.

O Projeto Moradias é uma iniciativa de inovação social que parte de uma articulação intersetorial entre Itaipu Binacional Brasil (IB-BR), Fundação Parque Tecnológico Itaipu – Brasil (Itaipu Parquetec), Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu (FozHabita) e Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (PMFI). O projeto consiste no reassentamento de 254 famílias que atualmente ocupam uma Área de Preservação Permanente (APP) na cidade de Foz do Iguaçu, no Paraná (PR). O diferencial do projeto em questão que buscamos apresentar está na ciência da latente relação entre vulnerabilidade social e precariedade urbana e as iniciativas consideradas a partir dessa realidade.

1.1 Percurso metodológico

O presente estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza descritiva, utilizando o estudo de caso como estratégia metodológica principal e o Projeto Moradias como objeto de análise.

A escolha do objeto se deu pela vinculação dos autores à equipe do projeto. Portanto, a pesquisa se insere no contexto de uma pesquisa-ação e se baseia na experiência interna e no acompanhamento direto, fornecendo uma perspectiva de análise *insider*.

A pesquisa se baseou na análise de documentos oficiais que regem o projeto, incluindo o Convênio nº 4500073073, o Plano de Gerenciamento de Convênio (PGC), o Projeto de TTS e outros documentos internos das instituições parceiras, como os relatórios de execução do TTS e os demais documentos produzidos pelo FozHabita, tendo em vista

que essa foi a instituição responsável pelo desenvolvimento do TTS. A análise documental seguiu a técnica de análise de conteúdo temática, focando em identificar as diretrizes e os elementos presentes na concepção e execução do projeto.

O acompanhamento do TTS foi realizado por meio de observação participante e análise de relatórios, e registros fotográficos produzidos pelo FozHabita. Essa técnica permitiu a compreensão das dinâmicas, da mobilização e do processo de experimentação democrática, servindo como base para as inferências sobre o processo de fortalecimento de laços, pertencimento e confiança.

Foram utilizados também dados sociodemográficos sobre a população reassentada do lote 1, provenientes de um diagnóstico socioeconômico aplicado pela equipe do FozHabita. O questionário foi censitário, abrangendo a totalidade dos 52 responsáveis familiares beneficiários do lote 1. Cabe ressaltar que abrangemos apenas o diagnóstico do lote 1 por ser o único lote concluído até o fechamento deste trabalho. O tratamento e a análise desses dados foram realizados pelos autores para construir o perfil de vulnerabilidades da população e orientar a discussão sobre as estratégias do TTS.

2 Direito à cidade e à justiça climática a partir da transição socioecológica

O conceito de “direito à cidade”, enraizado na obra do sociólogo francês Henri Lefebvre (2001), tornou-se uma abordagem ímpar no campo dos estudos urbanos e sociais por referir-se ao direito de não exclusão da sociedade urbana. Essa concepção supera a mera dimensão da moradia para abarcar elementos cruciais, como transporte público eficiente, espaços públicos inclusivos e acesso a serviços de educação e saúde de qualidade, por exemplo. Trata-se, portanto, de uma demanda de natureza moral e não estritamente jurídica, fundamentada em princípios de justiça.

Desde a criação do conceito por Lefebvre (2001) até os dias atuais, intensos debates foram travados em torno do tema (Harvey, 2008; Maricato, 2015; Trindade, 2012; Welter; Pires, 2010), resultando em novas demandas a serem incorporadas e consideradas. Para este trabalho, destacamos as mudanças climáticas como um tema diretamente atrelado à vida nas cidades e que enfatiza o incindível binômio sustentabilidade-cidade (Welter; Pires, 2010). De encontro a essa discussão, o conceito de “justiça ambiental” parte da premissa de que grupos sociais distintos possuem responsabilidades variadas em relação ao

consumo de recursos naturais e que a desigualdade social determina o nível de exposição de cada grupo a riscos ambientais.

Como um desenrolar dessa abordagem, a “justiça climática”, por sua vez, soma-se a essa discussão ao evidenciar que os impactos das mudanças do clima não afetam todos da mesma forma (Milanez; Fonseca, 2011). Isso ocorre porque as mudanças climáticas acarretam problemas complexos, multifatoriais e transgeracionais, acirrando tensões e conflitos em torno dos recursos naturais e seus usos. Além disso, também gera desdobramentos como o aprofundamento das desigualdades sociais e impacta desproporcionalmente populações caracterizadas por condições de vulnerabilidade, desvestidas de condições materiais e políticas efetivas na defesa de seus interesses e direitos (Jatobá, 2011).

A segregação urbana, que historicamente destina a periferização às áreas de risco como encostas e margens de rios, é uma das principais manifestações da relação entre a injustiça urbana e a climática. Nesse sentido, fazemos coro ao corpo bibliográfico que considera intersecções importantes entre direito à cidade e justiça climática, uma vez que ambos os conceitos estão preocupados em como diferentes grupos são afetados de formas distintas na realidade da vida urbana.

Encontramos ainda no conceito de transição socioecológica um reforço a respeito do reconhecimento de que os impactos da crise climática e da degradação ambiental afetam de forma desigual diferentes grupos sociais. Segundo Souza, Mello e Gomes (2021), a transição socioecológica como processo de transformação profunda e de longo prazo da sociedade possui o objetivo de criar um modelo que seja mais sustentável, equitativo e resiliente frente à crise ambiental. Esse processo também envolve uma mudança sistêmica que vai além de meras adaptações técnicas ou de políticas isoladas, buscando reorientar a produção e o consumo para um modelo mais harmônico com a natureza. Uma transição socioecológica justa, portanto, não pode se limitar às soluções tecnológicas ou econômicas, deve também enfrentar as injustiças históricas e as desigualdades socioambientais.

Nesse sentido, até mesmo o termo “transição socioecológica”, representa uma abordagem que propõe uma ruptura radical com os paradigmas dominantes que sustentam o modelo de desenvolvimento contemporâneo, como demonstram Pires e Pratschke (2025). Segundo os autores, o termo “socioecológica” é escolhido intencionalmente para

ênfatizar a interconexão inseparável entre as dimensões sociais e ecológicas na construção de políticas sustentáveis, em contraste com o termo “ecológica” que pode focar exclusivamente nos aspectos ambientais.

O conceito de transição sustentável, que se refere às mudanças graduais e não-lineares nos sistemas sociotécnicos e ecológicos, busca introduzir inovações em nichos específicos que podem desafiar e reconfigurar regimes dominantes, mas sem necessariamente romper com as estruturas socioeconômicas subjacentes. A transformação socioecológica, por outro lado, vai além de meras mudanças no manejo de recursos ou na eficiência energética, ela questiona o próprio fundamento do crescimento econômico como objetivo central e defende mudanças profundas nas relações de poder, nas dinâmicas sociais e na interação com os ecossistemas. Desse modo, exige enfrentar os interesses das elites econômicas, questionar o papel do mercado como principal regulador e construir alternativas com base em uma articulação política e cultural robusta que envolva movimentos sociais e comunitários.

A transição socioecológica possui visão integradora e transformadora, na qual a componente “socioecológica” tem suas raízes no conceito de resiliência socioecológica, que se refere à capacidade de um sistema socioecológico de se recuperar ou se adaptar facilmente às adversidades ou mudanças inesperadas, sendo considerada fundamental para o desenvolvimento sustentável. A governança adaptativa, um modelo de gestão flexível e inclusivo, está enraizada nessa teoria da resiliência socioecológica.

Pires e Prarschke (2025) chamam a atenção ainda para as particularidades no contexto do Sul Global, onde as distinções entre transição sustentável e transformação socioecológica são particularmente relevantes, dadas as desigualdades estruturais e históricas que marcam esses territórios. A transformação socioecológica exige a integração de saberes locais ao planejamento ambiental e econômico para romper com as estruturas coloniais e as práticas extrativistas que perpetuam desigualdades socioambientais, como o consenso dos *commodities*.

Segundo Souza, Mello e Gomes (2021), num contexto mais amplo, o conceito de “transição sustentável dos territórios” é um objetivo de agendas de pesquisa e prática social. Essas agendas visam explicar e promover tais transições, especialmente diante de um cenário de mudanças climáticas globais e da aceleração da degradação ambiental. A resiliência socioecológica é um conceito fundamental para o desenvolvimento sustentável

e está intrinsecamente ligada a ele, sendo uma forma de alcançar um desenvolvimento ecologicamente viável e socialmente equitativo. Portanto, a transição socioecológica emerge como parte de um esforço mais amplo para promover transições sustentáveis nos territórios, especialmente em resposta a desafios, como mudanças climáticas globais e degradação ambiental acelerada.

A promoção de tais transições, incluindo a socioecológica, implica tensões, erros, avanços e recuos. A transição socioecológica sugere uma mudança profunda nos padrões atuais de como a sociedade produz e consome, visando sistemas que sejam mais adaptáveis, robustos e capazes de lidar com choques e incertezas, alinhados com os princípios de resiliência e sustentabilidade para o bem-estar coletivo (Souza; Mello; Gomes, 2021).

Nessa perspectiva, a transição socioecológica em contextos urbanos complexos, como o reassentamento que tratamos no presente trabalho, não pode ser reduzida à adoção de tecnologias verdes apenas. É nesse ponto que o TTS se insere como ferramenta essencial para atuar na dimensão “sócio” da transição, promovendo a reorganização da vida comunitária, a experimentação democrática e a valorização dos saberes locais, o que é crucial para garantir a justiça socioambiental e a permanência sustentável no novo território.

Nesse sentido, o TTS emerge como um instrumento estratégico fundamental para a efetivação de direitos a partir de uma lógica participativa. Presente na história das políticas habitacionais desde a década de 1960, o Trabalho Técnico Social já passou por algumas mudanças ao longo de sua história de aplicabilidade na realidade brasileira e, desde a criação do Ministério das Cidades, em 2003, tornou-se componente básico da execução de programas das políticas setoriais urbanas (Paz; Taboada, 2010).

Considerando que temas atinentes à habitação de interesse social (HIS) vão muito além de intervenções físicas e estruturais nas cidades, como apontado por Torquato e Santos (2022), “sendo a demanda habitacional um problema substancialmente social, o desenvolvimento de um trabalho técnico social é fundamental para a implementação e o desenvolvimento da política pública”. Na perspectiva de ir além da provisão habitacional, o TTS atua como um elo entre o projeto e a realidade vivida pelas famílias alvo da ação, promovendo o fortalecimento comunitário e a construção de soluções coletivas.

Por meio de metodologias participativas, o TTS fomenta a mobilização, a organização social e a educação ambiental, capacitando as comunidades a se tornarem sujeitos ativos na produção de seu espaço. Desse modo, o enfrentamento a essa conjuntura demanda que as políticas públicas busquem equalizar a proteção ambiental com a provisão de infraestrutura e a garantia de direitos, reconhecendo a capacidade de protagonismo das comunidades na construção de cidades mais justas, resilientes e equitativas.

Com base nas discussões travadas nesta seção, inserimos nosso trabalho no campo de convergência entre direito à cidade e justiça climática, com enfoque em uma abordagem a partir do TTS desenvolvido no âmbito do Projeto Moradias, que apresentaremos em detalhes na seção seguinte.

3 Projeto Moradias: inovação social coproduzida

A ideia de inovação social, conforme definida por Phills, Deiglmeier e Miller (2008), e sua natureza multiforme (Medeiros *et al.*, 2017), refere-se a qualquer solução nova e eficaz para uma necessidade social capaz de gerar benefícios sustentáveis e coletivos, contribuindo para o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade como um todo. A ideia torna-se decisiva em um mundo em crise de transição, implicando mudanças profundas com efeitos duradouros e um esforço coletivo para ganhos sociais generalizados. Portanto, além de ser um mecanismo de mudança social, a inovação social pode assumir diferentes níveis de intensidade transformadora, nos quais suas alterações são incrementais, ao desenvolverem soluções a partir do que já está estabelecido, ou radicais, ao criarem uma nova realidade dissociada do que existia previamente (Medeiros *et al.*, 2017).

Nesse sentido, observamos o Projeto Moradias como um exemplo de ação concreta de inovação social que foi colocada em prática no âmbito local a partir da coprodução de respostas entre instituições³. O convênio que rege o projeto possui a particularidade de reunir instituições públicas ao modo tradicional, sendo elas: a Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (PMFI) e o Instituto de Habitação, e, do outro lado, a Itaipu Binacional, uma entidade binacional de direito internacional (Zanini, 1974), e o Parque Tecnológico

³ Cabe informar que utilizamos “coprodução” no sentido da atuação de diferentes instituições no projeto e não no sentido da participação social, pois para tratar desse fim optamos por utilizar um outro vocabulário, da experimentação democrática, tratado ao longo do texto.

de Itaipu, uma fundação de direito privado sem fins lucrativos. Portanto, ainda que não seja um consenso teórico nomear tal interação como “socioestatal”, trata-se de um ecossistema que promove ações coletivas e públicas para a transição socioecológica com o objetivo de promover o reassentamento de 254 famílias que ocupam uma APP em Foz do Iguaçu.

O convênio que rege o projeto dividiu entre as entidades participantes as seguintes tarefas e competências:

- a) Itaipu Binacional: principal financiadora do projeto, responsável por prover apoio financeiro⁴ e cooperação técnica;
- b) Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (PMFI): responsável por viabilizar a área de implantação do projeto e participar do comitê de fiscalização da obra;
- c) Instituto de Habitação de Foz do Iguaçu (FozHabita): encarregada de realizar levantamentos e tratativas com o público-alvo através do TTS, e a participar do comitê de fiscalização;
- d) Fundação Parque Tecnológico Itaipu (Itaipu Parquetec): gerencia o convênio, elabora os projetos e conduz a contratação e fiscalização da obra.

O projeto é justificado em seu Plano de Gerenciamento de Convênio (Itaipu Binacional, 2023) como alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, especificamente com a Meta 11.1 (Nações Unidas, 2023), que busca garantir até 2030 o acesso de todos à habitação segura, adequada e por um preço acessível, e aos serviços básicos, além de urbanizar as favelas. Cita-se também o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável de Foz do Iguaçu (Foz do Iguaçu, 2017), que incentiva práticas de construção mais ecológicas, adoção de tecnologias de construção sustentável e bioconstruções para reduzir o impacto ambiental e economizar recursos a longo prazo. Além disso, o convênio cita que a busca por moradias sustentáveis em Foz do Iguaçu é reforçada pelos princípios do Pacto Global (Nações Unidas, 2000), que promovem a responsabilidade social corporativa na garantia dos direitos humanos e dos ODS das Nações Unidas, incentivando ações que visam o bem-estar das comunidades e a proteção do meio ambiente.

⁴ Cabe informar que o investimento advém da realização de leilões de imóveis pertencentes à Itaipu Binacional, que, alinhados à sua missão institucional e em consonância com as diretrizes do Governo Federal, foram desmobilizados em favor da construção de moradias populares (Itaipu [...], 2024).

Desse modo, argumentamos que o Projeto Moradias rompe com a lógica dos projetos padronizados de HIS, negligenciando as particularidades de cada local. Em oposição aos projetos “carimbo” (Sacramento *et al.*, 2022), que desconsideram fatores como ventilação, incidência solar e acabam gerando maiores gastos com energia, o projeto inova ao adotar o método construtivo em *woodframe* industrializado. Essa escolha vai além da eficiência e da sustentabilidade ambiental, pois alinha a solução arquitetônica com as necessidades dos moradores e com a agenda da transição socioecológica. Assim, o projeto demonstra como a concepção de políticas públicas pode gerar soluções mais adequadas ao contexto social, econômico e ambiental, proporcionando moradias que promovem o bem-estar e a resiliência frente à crise climática.

A ocupação, objeto de reassentamento do projeto, está instalada na Vila Brás, mais precisamente às margens da nascente do rio Poty, com registros de moradores há mais de 20 anos. A proximidade de corpos hídricos está diretamente ligada à elevada exposição a riscos socioambientais, como inundações, deslizamentos e desmoronamentos, para além da incidência direta na degradação ambiental na APP, tornando o reassentamento das famílias ali presentes uma causa urgente.

Fotografia 1: Foto da ocupação da Vila Brás



Fonte: Acervo do projeto (2025).

Fotografia 2: Foto da ocupação da Vila Brás



Fonte: Acervo do projeto (2025).

A despeito dos dados do Sistema de Informações sobre Necessidades Habitacionais do Paraná (Sispehis) — Paraná ([20--]) — registrarem 59 favelas no município de Foz do Iguaçu no ano de 2023, a escolha pela intervenção na Vila Brás não se deu por uma única razão, mas por uma série de causas logísticas e de planejamento interinstitucional. A motivação prioritária, conforme apontada, é o risco socioambiental iminente decorrente da ocupação de longa data (mais de 20 anos) na APP da nascente do rio Poty. Contudo, a viabilidade do projeto se consolidou devido à compatibilidade entre o número de famílias a serem reassentadas e a existência de três lotes de terreno próximos à ocupação, que permitiram a continuidade dos laços sociais e comunitários. Desse modo, a decisão articulou a urgência da proteção ambiental e social com uma série de análises técnicas de viabilidade.

Em sua pesquisa sobre a produção do espaço urbano em Foz do Iguaçu, Ribeiro (2015) identifica como um dos motivos para a concentração de favelas nas proximidades de corpos hídricos a elevada exposição dessas áreas a riscos socioambientais, como inundações, deslizamentos e desmoronamentos. Tais condições de vulnerabilidade reduzem o interesse do mercado imobiliário formal, que tende a marginalizar esses territórios por não os considerar adequados ou lucrativos para empreendimentos urbanos.

Já Bortoluzzi (2022), em um trabalho sobre riscos e perigos hidrometeorológicos e vulnerabilidades associadas à produção do espaço urbano de Foz do Iguaçu, caracteriza o território onde está presente a Vila Brás da seguinte forma:

[...] não há presença de mata ciliar nas margens do córrego (Poty), sendo ocupadas por moradias de baixo padrão, distribuídas em pequeno espaçamento entre si, paralelo ao arruamento irregular. As ruas de origem espontânea são de chão batido, mas existem também ruas asfaltadas (Bortoluzzi, 2022, p. 238).

O autor destaca também a observação de casas construídas sobre pilares (espécie de palafita) para diminuir as possibilidades de invasão da água na moradia durante episódios de cheia — episódios não raros, já que, segundo Bortoluzzi, o município está situado em uma localidade de precipitações recorrentes e episódios de chuvas torrenciais.

Em observância a essas e outras características da população residente, o reassentamento foi planejado para ser realizado em três lotes próximos à ocupação:

- a) lote 1 (52 casas): Conjunto Habitacional Marina Áureo Galdino – Mãe Marina Tunirê;
- b) lote 2 (60 casas): Conjunto Habitacional César Cabral;

c) lote 3 (142 casas): Conjunto Habitacional Professora Izoete Maria Aparecida Nieradka.

Portanto, identificamos o Projeto Moradias como um exemplo de inovação social baseado nas seguintes premissas:

- a) sustentabilidade e tecnologia: o projeto rompe com as práticas convencionais ao adotar um sistema construtivo industrializado em *woodframe*. Essa técnica, considerada de baixo impacto ambiental, otimiza o tempo de execução e integra critérios de sustentabilidade em todo o ciclo de vida das moradias. Além disso, o custo mais baixo do que a construção em alvenaria permitiu um aumento no número de habitações construídas pelo convênio. Demais iniciativas urbanísticas — como reserva de áreas verdes, permeabilidade do solo, entre outras — foram seguidas de acordo com as diretrizes da legislação municipal;
- b) participação ativa: a iniciativa promove a participação ativa das comunidades, indo além de uma exigência normativa. A criação de um comitê de acompanhamento de obras, com grupos rotativos, e a realização de encontros socioeducativos no próprio território demonstram a busca por construir vínculos, pertencimento e confiança. Desde os primeiros contatos com a comunidade, a equipe do TTS buscou realizar um diálogo horizontal, estabelecendo canais diretos de diálogo, seja no território ou pela disponibilização de canais de comunicação — via telefone e aplicativo de trocas de mensagens. Além disso, a população alvo foi consultada continuamente com pesquisas de satisfação realizadas pela equipe ao fim dos encontros desde o estabelecimento da periodicidade dos encontros até o local, e a dinâmica envolvida;
- c) abordagem multissetorial: o projeto é uma resposta colaborativa que envolve diferentes órgãos (Itaipu Binacional, Fundação Itaipu Parquetec, FozHabita e Prefeitura de Foz do Iguaçu), refletindo em uma abordagem integrada para lidar com desafios complexos;
- d) foco no bem-estar: ao focar no TTS, o projeto entende que o combate ao déficit habitacional não se resume à construção de unidades. Além disso, o TTS atua como um agente estratégico de transformação, promovendo educação ambiental, desenvolvimento socioeconômico e fortalecimento social.

4 O Trabalho Técnico Social (TTS) como ferramenta de experimentação democrática

Historicamente, o TTS está presente na implantação de empreendimentos habitacionais desde a década de 1960, momento em que o Banco Nacional de Habitação foi instituído justamente para atuar em programas de moradias para famílias de média e baixa renda. Nesse período, o TTS tinha como foco a seleção da demanda por moradia e as ações realizadas de caráter administrativo e de controle da inadimplência.

Em 1988, a Constituição Federal (Brasil, 1988) lançou um marco à política habitacional ao definir a moradia como um direito. No ano de 2001, o Estatuto das Cidades (Brasil, 2001) orienta a diretriz geral de política urbana de gestão democrática por meio da participação da população na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano, trazendo concretude legal ao processo de participação social na gestão urbana. Nessa mesma toada, a criação do Ministério das Cidades, em 2003, é um marco não só para a política habitacional, mas especificamente ao tratarmos do TTS, que se tornou um componente básico da execução dos programas das políticas setoriais urbanas, como: habitação, mobilidade urbana e saneamento ambiental (Paz; Taboada, 2010).

Dessa forma, a concepção do TTS aponta que seu dever é garantir que a execução do projeto habitacional se dê de modo integrado, com conteúdos voltados à mobilização, organização e fortalecimento social, educação ambiental e patrimonial e desenvolvimento socioeconômico para a comunidade da área de intervenção em todas as fases dos projetos, ou seja, antes, durante e na fase do pós-obras (Caixa Econômica Federal, 2013). Considerando a trajetória das políticas habitacionais, e o propósito de garantir direito à cidade e não somente à moradia, o TTS se apresenta como um instrumento fundamental de gestão democrática e participativa dos projetos habitacionais.

A respeito da experimentação democrática, entendemos tal conceito como uma discussão do âmbito dos estudos sobre a governança e a ação pública que trata da dinâmica de envolver diferentes atores que se tornam aptos a perceberem consequências de situações problemáticas que vivenciam, nomeá-las, identificá-las, interpretá-las, construir conhecimento e propor soluções, ou seja, envolve atores por um saber que lhes confere poder de ação. Desse modo, as experimentações democráticas ajudam a relacionar as dimensões institucionais da regulação e da legitimidade com a dimensão da resolução dos

problemas na administração pública (Magalhães; Andion; Alperstedt, 2020). Em um estudo que analisou os programas habitacionais com financiamento internacional para a urbanização de favelas, Villarosa (2012) classificou três elementos considerados chave para o sucesso do desenho e da implantação bem-sucedida desses programas:

- a) aspectos físicos, urbanísticos e arquitetônicos do projeto;
- b) componentes sociais e de participação em sua elaboração e implantação (incluindo ações sociais intersetoriais para inclusão e/ou desenvolvimento social e o fortalecimento do capital social local);
- c) aspectos institucionais e de gestão.

Desse modo, o TTS, incidindo diretamente na questão social e de participação, coloca-se como mediador entre o poder público e as comunidades, promovendo a participação cidadã, o fortalecimento do tecido social e a construção coletiva de soluções urbanas.

Nesse sentido, Santana *et al.* (2020) destaca o TTS enquanto instrumento de empoderamento das famílias:

O trabalho social está inserindo na luta cotidiana, na luta pela subsistência, por moradia, pelo direito e acesso à cidade, mas sobretudo pela autonomia dos sujeitos com o objetivo de construir mediações capazes de criar, a partir da partilha e do reconhecimento mútuo, laços de solidariedade e consciência coletiva do processo, reforçando a importância do protagonismo dos grupos organizados na gestão da vida comunitária, na produção da moradia, aplicando recursos e definindo a melhor forma de uso dos espaços coletivos e democráticos (Santana *et al.*, 2020, p. 223-224).

Seguindo tal ideal, o projeto de TTS do Projeto Moradias foi estruturado em três fases:

- a) pré-obras: fase dedicada ao planejamento e à mobilização das famílias, com ênfase na identificação do público beneficiário e na caracterização detalhada do perfil social, incluindo a média de integrantes por núcleo familiar. As informações fornecidas pelas famílias foram essenciais para embasar a elaboração do programa de necessidades das edificações e assegurar que as soluções propostas atendessem de forma efetiva às demandas reais dos futuros moradores;
- b) durante as obras: inclui o atendimento e a aplicação de estudos socioeconômicos para o diagnóstico socioterritorial, além do acompanhamento da execução das obras e ações socioeducativas;
- c) após as obras: ocorre o acompanhamento na fase de entrega dos documentos e do empreendimento.

Para assegurar a participação da comunidade no processo, foi criado um comitê para acompanhar as obras. Como o acesso direto ao canteiro era restrito por questões de segurança, foram formados grupos de visita rotativos para permitir que os beneficiários pudessem acompanhar. Essa abordagem se mostrou fundamental para fortalecer o senso de pertencimento, a confiança mútua e a transparência do processo. As famílias presentes realizaram registros fotográficos e compartilharam com os demais moradores, demonstrando grande expectativa e excitação pelas novas moradias.

A realização dos encontros no próprio território dos moradores facilitou a construção de laços tanto com a equipe técnica quanto entre os próprios beneficiários. A comunicação também foi otimizada com o uso de um grupo em aplicativo de troca de mensagens, garantindo que as informações chegassem rapidamente a todos e incentivando a participação contínua.

Assim, o trabalho foi realizado com a utilização de métodos participativos, envolvendo diversos atores sociais e, tendo a comunicação e o diálogo como peças-chave, buscando ampliar a visão das famílias sobre o território, como um espaço de relações sociais, potencialidades e transformação social. Além disso, todos os encontros previram um momento de confraternização entre os participantes, com realização de *coffee break*, no qual os vínculos eram fortalecidos. Ainda no caminho de incentivo da apropriação da inovação construtiva por parte da comunidade, a equipe do projeto, envolvendo todos os participantes, promoveu um encontro com as famílias para explicação e solução de dúvidas a respeito da metodologia e prática da construção em *woodframe*. Também foi confeccionado um manual do usuário com uma linguagem acessível e prática para garantir que a comunidade compreendesse a técnica construtiva, o que, de certa forma, incorporou a necessidade de transição de saberes sobre o novo modo de habitar.

Como resultado e consequência desse processo de empoderamento e incentivo dos saberes locais, destacamos a mudança da poligonal, traçada originalmente pela equipe técnica do projeto, mas alterada após ser apresentada para a comunidade, que reivindicou a mudança levando em conta a área mais afetada por enchentes, segundo a própria vivência dos moradores.

Até o momento de conclusão deste trabalho, 52 famílias, ou seja, aquelas que serão reassentadas no lote 1, já passaram pela fase de pré e durante as obras, e caminham para o pós-obras com participação massiva nos encontros proporcionados pelo TTS.

Fotografia 3: Conjunto Habitacional Marina Áureo Galdino – Mãe Marina Tunirê (lote 1)



Fonte: Acervo do projeto (2025).

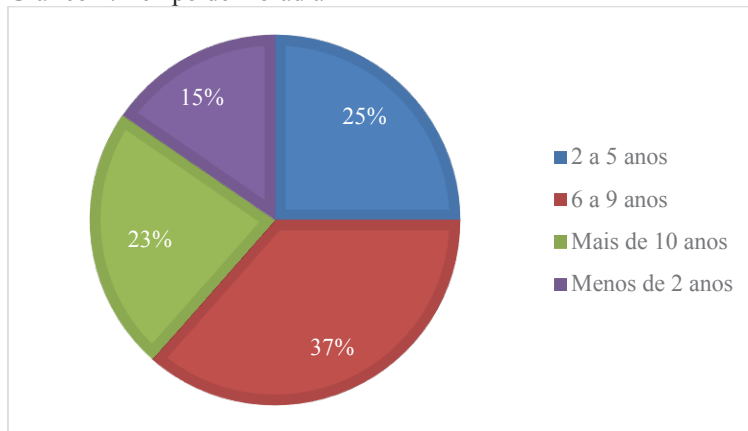
A escolha das residências no empreendimento também foi feita com a presença de todas as famílias, que escolheram suas casas de acordo com posição no terreno e vizinhança, garantindo a preservação dos laços comunitários criados na Vila Brás. Além disso, outras ferramentas foram mobilizadas para aproximar as famílias beneficiárias do desenvolvimento da obra, sendo uma delas a apresentação das etapas da obra e do projeto através de uns óculos de realidade virtual em que os futuros moradores puderam ver em detalhes e constituírem em seus imaginários seus lares, ainda antes da mudança.

Visando a importância do TTS para a integração dos futuros moradores ao empreendimento, o convênio que rege o projeto previu ainda a concessão de uma bolsa de pesquisa para um profissional da área social para acompanhar o desenvolvimento do TTS e produzir cientificamente sobre o processo. Essa iniciativa tinha como objetivo desenvolver reflexões sobre o processo, elevando o projeto de uma ação pontual a um aprendizado contínuo, permitindo a sistematização de boas práticas e a identificação de desafios, além de produzir conhecimentos que podem subsidiar a formulação e o aprimoramento de políticas habitacionais e de reassentamento.

No sentido do desenvolvimento teórico e prático do trabalho, torna-se salutar pensar as vulnerabilidades atreladas às condições socioeconômicas e relações socioespaciais (Santos, 2015). Retomando ainda o conceito de justiça climática, destacamos como os impactos das mudanças do clima, bem como da vida urbana, não afetam a todos da mesma forma. Sendo assim, elencamos nesta seção alguns dados da população atingida no âmbito

do projeto a partir de um diagnóstico socioeconômico realizado pela equipe de execução do TTS com os responsáveis familiares do lote 1.

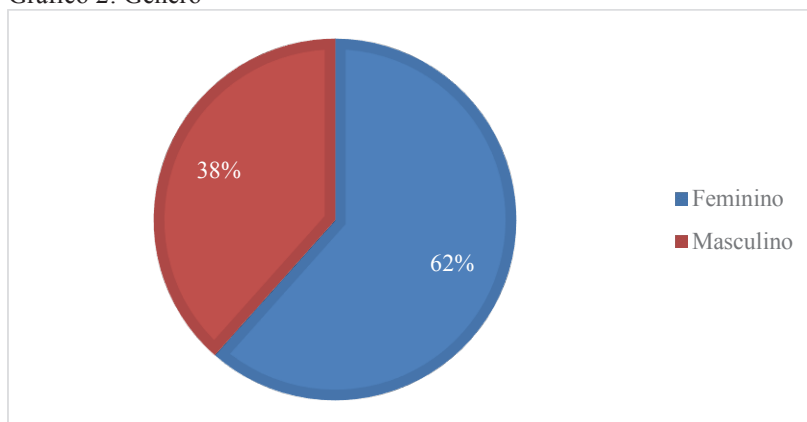
Gráfico 1: Tempo de moradia



Fonte: Elaboração própria.

A maioria dos respondentes já estão consolidados no território, apontando como tempo de moradia mais de 5 anos (59% se somadas as respostas “6 a 9 anos” e “Mais de 10 anos”). Tal dado enfatiza a necessidade de um tratamento adequado com a população, preservando laços com o território e sua comunidade.

Gráfico 2: Gênero

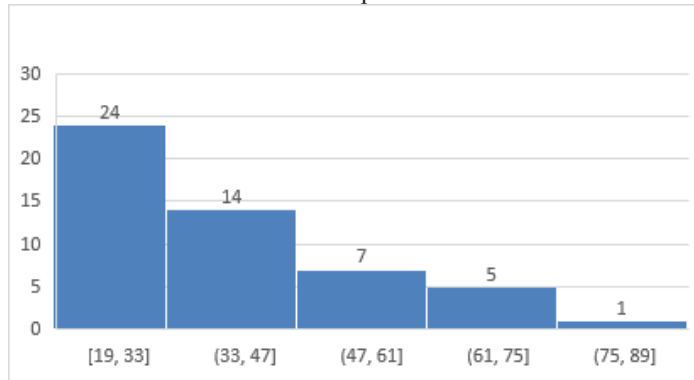


Fonte: Elaboração própria.

Entre a população de 52 famílias do lote 1, 62% dos responsáveis familiares são mulheres, o que corrobora o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça (Ipea, [2025]) em uma realidade de indicadores que apontam as mulheres, principalmente negras⁵, como a base na pirâmide econômica no Brasil. Tal realidade se coaduna com o argumento de que a produção do espaço urbano opera através da prática de negação e invisibilização dos corpos racializados, generificados e geograficamente diferenciados (Nery, 2023).

⁵ Pontuamos como lacuna do diagnóstico socioeconômico a não inclusão do item raça no levantamento.

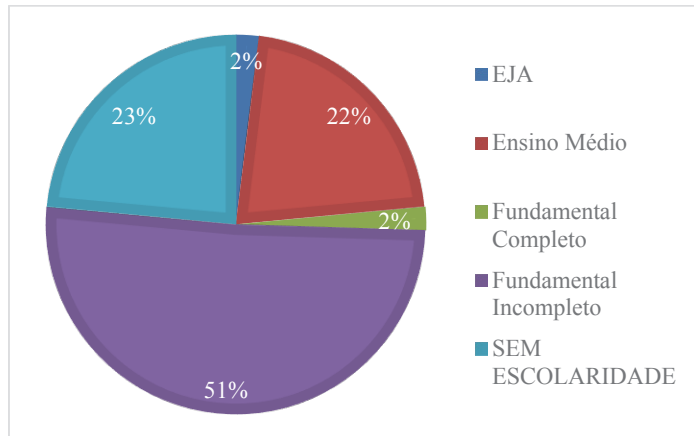
Gráfico 3: Faixa de idade dos respondentes



Fonte: Elaboração própria.

A maior parte dos representantes familiares se encontra em idade produtiva, concentrando maior número nas faixas etárias entre 19 e 33 anos. Porém, nota-se também a presença de idosos, demonstrando um público bastante heterogêneo em questão etária.

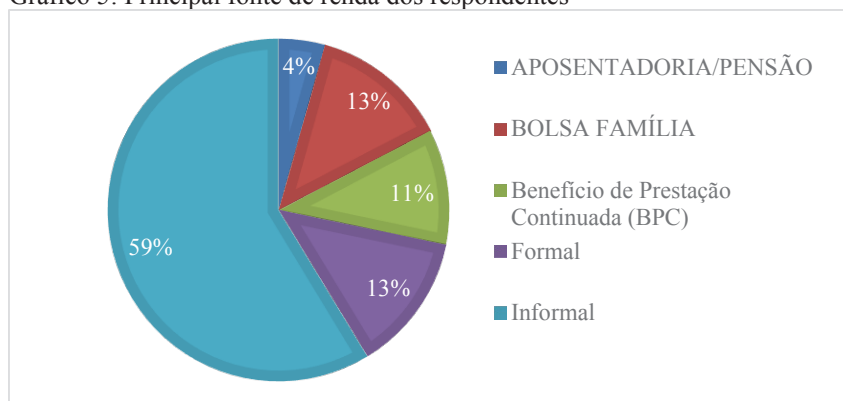
Gráfico 4: Escolaridade



Fonte: Elaboração própria.

A respeito da escolaridade dos responsáveis familiares, a maioria possui ensino fundamental incompleto (51%). Chama a atenção o alto índice de pessoas que não tiveram acesso à educação formal (23%) e o fato de que não há nenhum responsável familiar com ensino superior, sendo apenas 22% com ensino médio.

Gráfico 5: Principal fonte de renda dos respondentes



Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito à principal fonte de renda dos responsáveis familiares, uma larga maioria (59%) registrou sua principal fonte de renda como “informal”, demonstrando a instabilidade de auxílios para subsistência, em face de apenas 13% que registram renda formal, para além dos 28% beneficiários de programas sociais/pensionistas e aposentados.

Os indicadores levantados — como a elevada taxa de informalidade laboral e a baixa escolaridade formal — constituem instrumentos analíticos essenciais que expressam as vulnerabilidades sociais estruturais dessa população. Tais dados reforçam a premissa da justiça climática de que populações historicamente marginalizadas são desproporcionalmente afetadas pelas crises. Desse modo, o TTS, ao integrar e planejar ações socioeducativas sobre temas como educação financeira e direitos, atua na mitigação dessas vulnerabilidades, visando o empoderamento e a autonomia das famílias. Essa é a face da transição socioecológica, que aborda a redistribuição de poder e recursos necessários para garantir o direito à cidade para além da provisão de moradia.

Os indicadores levantados contribuíram para pensar e planejar as ações integradas com as políticas públicas e potenciais parceiros, vislumbrando o fortalecimento das famílias no que diz respeito aos seus vínculos familiares e comunitários, seu empoderamento e sua autonomia. Nesse sentido, foram realizados encontros com as famílias em parceria com a Secretaria de Saúde para tratar sobre saúde da mulher e saúde mental (com foco em adolescentes e jovens), com a Secretaria de Assistência Social para apresentação de técnicos do Centro de Referência de Assistência Social de referência, incluindo orientação para atualização do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e acesso aos serviços ofertados, além de outros encontros com temáticas de meio ambiente, direito da pessoa idosa e pessoa com deficiência, educação, prevenção ao uso de drogas e ao suicídio, educação financeira e cuidado e manutenção dos imóveis.

5 Considerações finais

O presente estudo se propôs a analisar a intersecção entre a transição socioecológica e o direito à cidade na política pública de reassentamento do Projeto Moradias em Foz do Iguaçu, com foco em evidenciar a atuação estratégica do Trabalho Técnico Social como um vetor de experimentação democrática. Os resultados da pesquisa demonstram que o

Projeto Moradias representa um avanço na concepção de políticas públicas habitacionais, atuando em três frentes interconectadas: a inovação construtiva, a articulação intersetorial e a transformação social.

Em resposta ao desafio imposto pelo conceito de transição socioecológica, que exige mudanças profundas nas dinâmicas sociais e nas relações de poder, a análise evidenciou o TTS como um agente dessa transformação. As ações do Trabalho Técnico Social superaram a mera execução burocrática e configuraram um processo de experimentação democrática, revertendo a tradicional relação de passividade. Isso transferiu poder de decisão e negociação para as famílias, tornando-se essencial para a efetivação do direito à cidade para além da provisão da moradia.

Enquanto o TTS cumpre a dimensão “sócio” da transição socioecológica, a dimensão “ecológica” fica por conta da tecnologia construtiva em *woodframe*, que reduz o impacto ambiental da obra para além dos parâmetros já cumpridos de acordo com as legislações aplicáveis. O Projeto Moradias sinaliza que a transição socioecológica é um processo complexo e multifacetado, mas destaca que os avanços na governança democrática e na participação comunitária são tão vitais quanto os avanços tecnológicos.

Como contribuição para o campo de políticas públicas, o Projeto Moradias se apresenta como uma espécie de laboratório vivo, mostrando que a coprodução e a atuação estratégica do TTS são indispensáveis para a construção de políticas de reassentamento mais justas e resilientes. Sugere-se que futuras pesquisas explorem os resultados de longo prazo das ações integradas e o potencial de replicação do modelo de experimentação democrática do Trabalho Técnico Social em outros contextos de enfrentamento à crise climática.

Referências

BORTOLUZZI, Leandro Neri. **Vulnerabilidade socioambiental em áreas de fundo de vale na cidade de Foz do Iguaçu** – Paraná. 2022. 277 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2022. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/entities/publication/8836c1c6-6917-4f5e-aa03-cc7beb0f3acd>. Acesso em: 4 nov. 2025.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html. Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF, 2001. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 4 nov. 2025.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014**. Manual de Instruções do Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Brasília, DF, 2014. Disponível em:

https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/Portarias/2014/portaria_21_2014_trabalho_social.pdf. Acesso em: 11 jul. 2025.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Portaria nº 464, de 25 de julho de 2018**. Dispõe sobre Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/acao-a-informacao/institucional/base-juridica/portarias/Portaria_464_compilada.pdf. Acesso em: 10 jul. 2025.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Gerência Nacional Gestão Padronização e Normas Técnicas. Superintendência Nacional Assistência Técnica e Desenvolvimento Sustentável. **Caderno de orientação técnico social – COTS**. Brasília, DF, 2013.

Disponível em: <https://unmp.org.br/wp-content/uploads/2009/09/COTS%20-%20JUN2009.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2025.

FOZ DO IGUAÇU (PR). Câmara Municipal. **Lei Complementar nº 271, de 18 de julho de 2017**. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado Sustentável - PDDIS/FOZ [...]. Foz do Iguaçu, 2017. Disponível em:

<https://leismunicipais.com.br/a/pr/f/foz-do-iguacu/lei-complementar/2017/27/271/lei-complementar-n-271-2017-institui-o-plano-diretor-de-desenvolvimento-integrado-sustentavel-pddis-foz-que-define-principios-objetivos-diretrizes-e-instrumentos-para-a-realizacao-das-acoes-de-planejamento-no-municipio-de-foz-do-iguacu>. Acesso em: 4 nov. 2025.

HARVEY, David. The right to the city. **New Left Review**, London, v. 53, 2008.

Disponível em: <https://newleftreview.org/issues/ii53/articles/david-harvey-the-right-to-the-city>. Acesso em: 4 nov. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília, DF: Ipea, [2025]. Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/retrato>. Acesso em: 24 out. 2025.

ITAIPU BINACIONAL. **Convênio nº 4500073073**: instrumento particular de convênio de cooperação técnica e financeira, para o desenvolvimento do "Projeto Moradias: construção de habitações de interesse social em Foz do Iguaçu/PR em atendimento a famílias em situação de vulnerabilidade social". Foz do Iguaçu, 2023.

ITAIPÚ promove novo leilão de imóveis desocupados na Vila A. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional, 10 dez. 2024. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/noticias/sala-de-imprensa/itaipu-promove-novo-leilao-de-imoveis-desocupados-na-vila-a>. Acesso em: 6 nov. 2025.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva. Urbanização, meio ambiente e vulnerabilidade social. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental (BRUA)**, Rio de Janeiro, n. 5, jun. 2011.

Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/publication/41c59c89-58b4-4765-92dd-d2a3a2ab22aa>. Acesso em: 4 nov. 2025.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MAGALHÃES, Thiago; ANDION, Carolina; ALPERSTEDT, Graziela Dias. Laboratórios vivos de inovação social e ação pública: um enfoque analítico e um caminho metodológico baseados no pragmatismo. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 680-696, nov. 2020. Número especial. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/xX7FZ3gCTF6dQmnqJyBzKpV/?lang=pt>. Acesso em: 4 nov. 2025.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. **CaderNAU: cadernos do núcleo de análises urbanas**, Rio Grande, v. 8, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/cnau/article/view/5518>. Acesso em: 4 nov. 2025.

MEDEIROS, Carolina Beltrão de *et al.* Inovação social além da tecnologia social: constructos em discussão. **Race: revista de administração, contabilidade e economia**, Joaçaba, v. 16, n. 3, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/13606>. Acesso em: 4 nov. 2025.

MILANEZ, Bruno; FONSECA, Igor Ferraz da. O discurso da justiça climática no contexto brasileiro: possibilidades e perspectivas. *In*: MOTTA, Ronaldo Seroa da *et al.* (org.) **Mudança do clima no Brasil: aspectos econômicos, sociais e regulatórios**. Brasília: Ipea, 2011. p. 261-276. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/1b5319c0-45bf-4fbc-ab71-c9a3b5508022/content>. Acesso em: 4 nov. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **O Pacto Global Rede Brasil**. [S. l.]: Pacto Global, 2000. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br>. Acesso em: 1 set. 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 1 set. 2025.

NERY, Daiane da Silva Pacheco. A (re)produção do espaço e da moradia: conquistas e desafios contemporâneos a partir da perspectiva de gênero, raça e classe. **PerCursos**, Florianópolis, v. 24, e0312, 2023. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/23483>. Acesso em: 4 nov. 2025.

PARANÁ. Companhia de Habitação do Paraná. **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná: SISPEHIS – Sistema de informações sobre necessidades habitacionais do Paraná: pesquisa por município**. Curitiba: Cohapar, [20--]. Disponível em: <https://www.sistemas.cohapar.pr.gov.br/PEHISPUBLICO/listaFormMunicipio.php>. Acesso em: 15 out. 2025.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da; TABOADA, Kleyd Junqueira. Trajetória do trabalho social em habitação. *In*: BRASIL. Ministério das Cidades. **Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social: ensino à distância EAD**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010. p. 45-54. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/publicacoes/arquivos/arquivos/livro_ead_19-10-10.pdf. Acesso em: 4 nov. 2025.

PEREIRA, Rafael Carvalho Drummond. Da produção do espaço à utopia urbana: contribuições teóricas a partir da obra de Henri Lefebvre. **Revista Ensaios de**

Geografia, Niterói, v. 6, n. 12, p. 83-103, set./dez. 2020. Disponível em: https://periodicos.uff.br/ensaios_posgeo/article/view/42191. Acesso em: 4 nov. 2025.

PHILLS, James A.; DEIGLMEIER, Kriss; MILLER, Dale T. Rediscovering social innovation. **Stanford Social Innovation Review**, Stanford, v. 6, n. 4, p. 34-43, 2008. Disponível em: https://ssir.org/articles/entry/rediscovering_social_innovation. Acesso em: 4 nov. 2025.

PIRES, Isabela Batista; PRATSCHKE, Anja. Plano de transformação ecológica brasileiro: uma análise crítica sob a perspectiva da transformação socioecológica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 21., 2025, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Anpur, 2025. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/122409>. Acesso em: 4 nov. 2025.

RIBEIRO, Danilo George. **Metamorfoses na cidade**: tensões e contradições na produção e apropriação do espaço urbano em Foz do Iguaçu. 2015. 256 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2015. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/2026>. Acesso em: 4 nov. 2025.

SACRAMENTO, Alexandre da Silva *et al.* Sustentabilidade e Habitação Social: Reflexões acerca dos desafios e perspectivas no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 19., 2022. **Anais [...]**. Porto Alegre: Antac, 2022. p. 1-13. DOI: 10.46421/entac.v19i1.2104. Disponível em: <https://eventos.antac.org.br/index.php/entac/article/view/2104>. Acesso em: 1 set. 2025.

SANTANA, Joana Valente *et al.* Precariedade habitacional no estado do Pará: subsídios para o trabalho do assistente social em tempos regressivos. In: PAZ, Rosângela Dias Oliveira da; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi (org.). **Serviço social e trabalho social em habitação**: requisições conservadoras, resistências e proposições. Rio de Janeiro: Mórula, 2020. p. 229-252. Disponível em: https://morula.com.br/wp-content/uploads/2020/11/SSTSH_WEB_2020_26OUT.pdf. Acesso em: 4 nov. 2025.

SANTOS, Jader de Oliveira. Relações entre fragilidade ambiental e vulnerabilidade social na susceptibilidade aos riscos. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 2, p. 75-90, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/sHGwqmtgTYSq55cH6HXkT7B/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 nov. 2025.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão na literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 nov. 2025.

SOUZA, Cristiane Mansur de Moraes; MELLO, Bruno Jardim; GOMES, Anderson de Miranda. Desenvolvimento sustentável e resiliência socioecológica: agenda para uma transição sustentável dos territórios. **Redes**: revista do desenvolvimento regional, Santa Cruz do Sul, v. 26, 2021. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/redes/article/view/16759>. Acesso em: 4 nov. 2025.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. São Paulo: Editora Contexto, 1988.

TORQUATO, Shirley; SANTOS, Verônica Cristina de Oliveira dos. O trabalho social na habitação: construindo caminhos para a efetivação do direito de morar. **Terceiro Milênio**: revista crítica de sociologia e política, Campos dos Goytacazes, v. 19, n. 2, p.

83-97, jul./dez. 2022. Disponível em:

<https://revistaterceiromilenio.uenf.br/index.php/rtm/article/view/232>. Acesso em: 4 nov. 2025.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade.

Lua Nova: revista de cultura e política, n. 87, p. 139-165, 2012. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ln/a/jwkcWk7tfGHXfHLR85fKPcL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 4 nov. 2025.

VILLAROSA, Francesco. Componentes sociais e participação. *In*: MAGALHÃES, Fernanda; VILLAROSA, Francesco (ed.). **Urbanização de favelas**: lições aprendidas no Brasil. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2012.

WELTER, Izabel Preis; PIRES, Mixilini Chemin. O direito à cidade sustentável.

Unesco & Ciência-ACSA, Joaçaba, v. 1, n. 1, p. 63-70, 2010. Disponível em:

<https://periodicos.unoesc.edu.br/acsa/article/view/158>. Acesso em: 4 nov. 2025.

ZANINI, Gustavo. O tratado de Itaipu. **Revista da Faculdade de Direito**, São Paulo, v. 69, n. 1, p. 165-179, 1974.

Recebido em: 03/09/2025

Aceito em: 29/10/2025